

Ref. 2:

Presidente: Ana Margarida Silva Carvalho Soares, Chefe da Divisão de Cultura, Museus e Património.

Vogais efectivos: Maria Filomena dos Santos Gaspar, técnica superior e Célia Maria Gonçalves Amaro, Assistente Técnica.

Vogais suplentes: Cristina Maria Lucas de Sousa e Alexandra Isabel Conceição Santos, ambas Assistentes Técnicas.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Ref. 3:

Presidente: Duarte André Chaleira Silva Teodoro, Bombeiro de 2.ª Classe.

Vogais efectivos: Rui Miguel Rodrigues Branca Jesus Claro, Bombeiro de 2.ª Classe e José Luís Serra Rosa, Bombeiro de 1.ª Classe.

Vogais suplentes: Álvaro Silva Beirão, Bombeiro de 2.ª Classe e José Manuel Prates Pires, Bombeiro de 1.ª Classe.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Ref. 4:

Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da Divisão de Projectos e Empreitadas

Vogais efectivos: Cristina Isabel Loureiro Silva Nunes Chapado Tennera e Sandra Maria Jesus Oliveira Matias Ferreira, ambos Técnicos Superiores.

Vogais suplentes: Fernando Jorge Rente Lopes e José Manuel Lucas Martins, ambos Técnicos Superiores.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Ref. 5:

Presidente: José Miguel da Silva Simões de Carvalho, Chefe da Divisão de Sistemas de Informação,

Vogais efectivos: Manuel José da Luz Cruz e Sousa, Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2 e Pedro Miguel da Conceição Santos, Técnico de Informática, Grau 1, Nível 1.

Vogais suplentes: José Paulo Costa Rego, Técnico de Informática, Grau 1, Nível 1 e Maria de Fátima Dias Marcos Técnico de Informática, Grau 1, Nível 2.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Ref. 6:

Presidente — Luís Miguel loureiro valente, Chefe da Divisão de Desporto e Juventude

Vogais efectivos — Jorge Manuel Pombo e Ana Isabel Alves Pedro Afonso, ambos Técnicos Superiores.

Vogais suplentes — Pedro Miguel Gomes Sampaio, Técnico Superior e José Manuel Lopes Neves, Assistente Técnico.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

14 — A exclusão e notificação de candidatos: de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 30.º, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de selecção nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01.

A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção intercalar é efectuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal e disponibilizadas na sua página electrónica. Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte através de notificação, por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01.

15 — Tendo em consideração a urgência do procedimento e de acordo com os meus despachos de 14/07/2009, 11/09/2009, 18/09/2009, 24/09/2009 e 28/09/2009 e deliberação de Câmara de 08/10/2009, a aplicação dos métodos será faseada nos termos do art.8.º da Portaria 83-A/2009 de 22/01, do seguinte modo:

Aplicação a todos os candidatos do primeiro método de selecção;
Aplicação do segundo e terceiros métodos, apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por tranches sucessivas

de 20 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação juridico-funcional, até à satisfação das necessidades;

Dispensa de aplicação do segundo método e seguinte, aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, quando os candidatos aprovados nos termos das alíneas anteriores satisfaçam as necessidades que deram origem à publicitação do procedimento concursal.

16 — Posicionamento remuneratório: Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

17 — “Em cumprimento da alínea *h)* do Artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

18 — Quota de emprego — para efeitos de admissão a procedimento concursal os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de deficiência e tipo de deficiência.

Ref. 1, Ref. 2, Ref. 4 e Ref. 5 — De acordo com o n.º 3 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/02, nos procedimentos concursais em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Ref. 3 e Ref. 6 — De acordo com o n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/02, nos procedimentos concursais em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e superior a 3, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.

19 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2008, de 22/01, o presente aviso será publicado na Bolsa de Emprego Pública (www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica desta Câmara Municipal (www.cm-abrantes.pt) por extracto, num jornal de expansão nacional, num prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data.

9 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Nelson Augusto Marques de Carvalho*.

302441829

MUNICÍPIO DE ALMEIDA

Aviso (extracto) n.º 18888/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de vinte e oito de Setembro de dois mil e nove, no uso da competência que me confere a alínea *a)*, n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para um lugar de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 9212/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 88, de 07 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 09 de Outubro de 2009, Leopoldo dos Santos, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 2 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 532,08 € (quinhentos e trinta e dois euros e oito cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3, do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/9, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, Vice-Presidente;

Vogais efectivos — Carlos Morgado Portugal, Director de Departamento Administrativo e Financeiro, que substitui o Presidente nas faltas ou impedimentos, e José António Dourado Espinha, Técnico Superior;

Vogais suplentes: Olívia da Conceição Marques Bastos, Coordenador Técnico e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, Coordenadora Técnica.

13 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

302446819

Aviso (extracto) n.º 18889/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de nove de Outubro de dois mil e nove, no uso da compe-

tência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para um lugar de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 12511/2009, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 135, de 15 de Julho do corrente ano, contratei, a partir de 09 de Outubro de 2009, Hélder Jorge dos Santos Garcia, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 3.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 3 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 583,58 € (quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3, do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/9, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, Vice-Presidente;

Vogais efectivos — Eng.º Francisco José Bilhota Salvado Xavier, Director de Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, que substitui o Presidente nas faltas ou impedimentos, e Carlos Morgado Portugal, Director de Departamento Administrativo e Financeiro;

Vogais suplentes: Eng.º Vítor Fernando da Silva Rodrigues, Técnico Superior e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, Coordenadora Técnica.

13 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

302446292

Aviso (extracto) n.º 18890/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de nove de Outubro de dois mil e nove, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para um lugar de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 13939/2009, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151, de 06 de Agosto do corrente ano, contratei, a partir de 09 de Outubro de 2009, António Manuel Albano Soares, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 2 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 532,08 € (quinhentos e trinta e dois euros e oito cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3, do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/9, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, Vice-Presidente;

Vogais efectivos — Carlos Morgado Portugal, Director de Departamento Administrativo e Financeiro, que substitui o Presidente nas faltas ou impedimentos, e José António Dourado Espinha, Técnico Superior;

Vogais suplentes — Eng.º Vítor Fernando da Silva Rodrigues, Técnico Superior e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, Coordenadora Técnica.

13 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

302446713

Aviso (extracto) n.º 18891/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de vinte e nove de Setembro de dois mil e nove, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para um lugar de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 9117/2009, publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 87, de 06 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 09 de Outubro de 2009, Alice Maria Fantasia Amaral, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 2 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 532,08 € (quinhentos e trinta e dois euros e oito cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3, do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/9, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, Vice-Presidente;

Vogais efectivos:

Carlos Morgado Portugal, Director de Departamento Administrativo e Financeiro, que substitui o Presidente nas faltas ou impedimentos, e José António Dourado Espinha, Técnica Superior;

Vogais suplentes:

Olívia da Conceição Marques Bastos, Coordenadora Técnica e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, Coordenadora Técnica.

13 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

302445928

Aviso (extracto) n.º 18892/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de 28 de Setembro de 2009, no uso da competência que me confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e na sequência do procedimento concursal para dois lugares de especialista de informática, de grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 8969/2009, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 85, de 4 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 9 de Outubro de 2009, Paulo Jorge Simões Monteiro Carlos e Frederico da Silva Taboada para a categoria de especialista de informática, de grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática, com a remuneração correspondente ao índice 480 da tabela remuneratória — € 1647,74.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente — José Alberto Almeida Morgado, vice-presidente.

Vogais efectivos:

Carlos Morgado Portugal, director do Departamento Administrativo e Financeiro, que substitui o presidente nas faltas ou impedimentos.

Eng.º Nuno Alexandre Ferreira Rocha, especialista de informática.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Laura Felícia Baltazar, técnica superior.

Eng.º Vítor Fernando da Silva Rodrigues, técnico superior.

13 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

302446454

Aviso (extracto) n.º 18893/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de vinte e oito de Setembro de dois mil e nove, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para dois lugares de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 9585/2009, publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 93, de 14 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 09 de Outubro de 2009, Fátima Monteiro Rolim e Paula Cristina Teixeira Gonçalves, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 2 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 532,08 € (quinhentos e trinta e dois euros e oito cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3, do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/9, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, Vice-Presidente;